

# DESMORONANDO



O ex-juiz Sergio Moro tanto quis, que conseguiu chegar ao STF. Na última semana, o ministro Dias Toffoli acatou pedido da PGR e autorizou abertura de inquérito contra o atual senador, que terá muito a explicar. Para repercutir a decisão e comentar as irregularidades da Lava Jato, o jurista Eugênio Aragão é o entrevistado da semana

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 23 de Janeiro de 2024 Nº 127

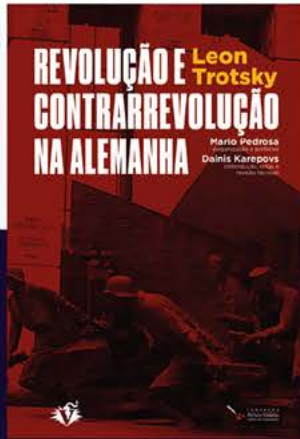
Entrevista da semana: Eugênio Aragão

Projeto garante permanência dos jovens nas escolas

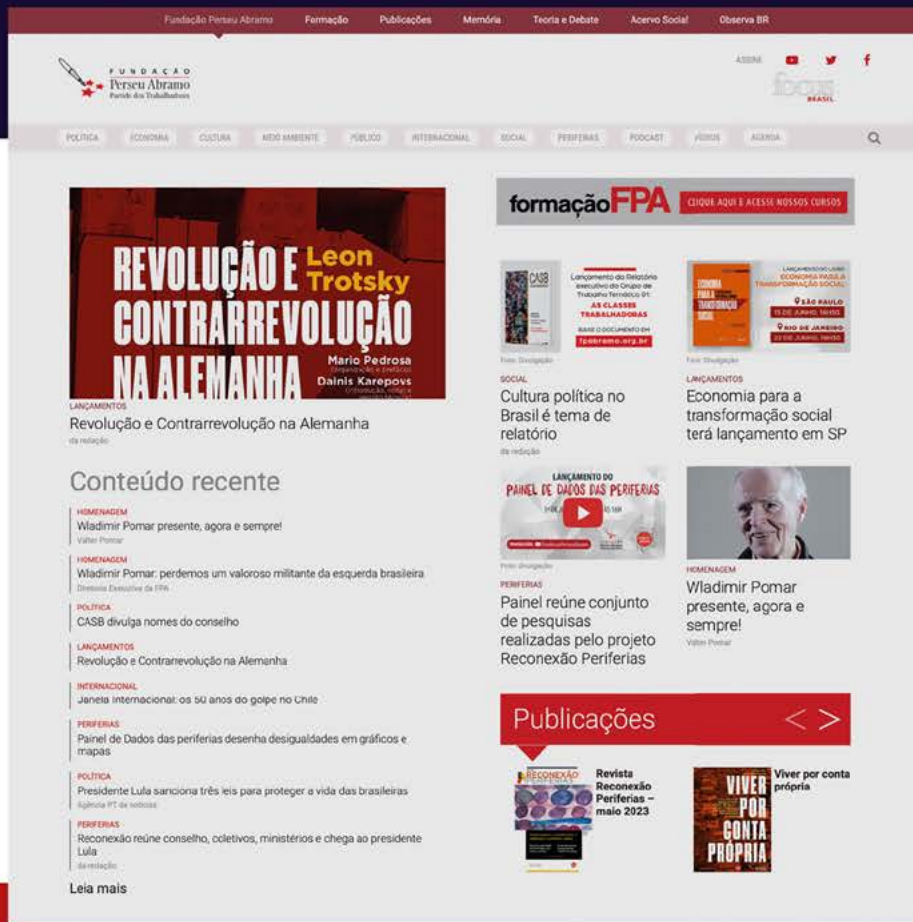
Dengue: Brasil começa vacinação

Resistência: os 40 anos do MST

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



**ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: [autonomialiteraria.com.br](http://autonomialiteraria.com.br)



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,  
Fernanda Otero, Guto Alves, Isaías Dalle



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

## CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

## CONTRIBUA COM A REVISTA REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFERIAS



# MORO NO STF: EX-JUIZ ESTÁ DESMORONANDO

Na entrevista da semana, o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão comenta os mais recentes desdobramentos da Lava Jato. Na última semana, o ministro Dias Toffoli (STF), autorizou a abertura de inquérito contra o senador Sergio Moro para apurar supostas irregularidades no âmbito de uma delação premiada negociada quando ele era juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba.

**ENTREVISTA** Eugênio Aragão fala sobre Moro, Lava Jato e a indicação de Lewadnowski

Página 06

**EDUCAÇÃO** Lula sanciona projeto que garante permanência de jovens no ensino

Página 13

**VACINAÇÃO** Governo

brasileiro é pioneiro e inicia vacinação contra a dengue

Página 15

**DIGNIDADE** O programa Farmácia Popular inicia distribuição de absorventes gratuitos

Página 17

**ARTIGO** A emergência climática chegou ; chuvas no

Rio de Janeiro escancaram problema

Página 19

**MST** Movimento dos Sem Terra completa 40 anos de luta e resistência

Página 21

**BRASIL NA TELA** Lula sanciona Cota de Tela para exibição de conteúdo nacional

Página 27



# A RAZIA DA LAVA JATO E A DESTRUIÇÃO DA ECONOMIA

Alberto Cantalice

**A** razia perpetrada pelos “justiceiros” da malfadada operação Lava Jato na economia brasileira derrubou a imagem da maior empresa do país: a Petrobras; arreventou com as empresas de engenharia e construção e pôs fim ao processo de retomada da indústria naval. Sua sanha persecutória atrapalhou o desenvolvimento da indústria nuclear e criminalizou o principal artífice desse projeto, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Os prejuízos bilionários e as centenas de milhares de empregos perdidos compõem o inventário trágico dos criminosos, expedientes perpetrados pelos procuradores da República de Curitiba e de outros estados, o juiz chefe deles: Moro, e seus filhos espalhados Brasil afora.

A convivência dos principais veículos da mídia tupiniquim deu o combustível necessário para que a quebradeira na parte econômica da nação se transpusesse para o sistema político e abrisse uma espiral de disfuncionalidade nas instituições, no que levou ao fim e ao cabo à eleição do capitão Bolsonaro. O saudoso jornalista Paulo Henrique Amorim, em 2017, em tom quase premonitório dizia: “a Lava Jato é um projeto para derrubar a Dilma, prender o Lula e fechar o PT.”

O roteiro criminoso escrito e dirigido por Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e companhia, teve exibição diária como novela no horário nobre das TVs abertas e fechadas. O uso e o abuso da imagética, teve seu ápice no cenário do duto jorrando dinheiro nas telas do Jornal Nacional. Criando um sentimento de revolta coletivo que desembocou na distopia vivida pelo Brasil em transe no

período de 2019 a 2022.

Cabe destacar, que o atual esgarçamento do tecido social brasileiro é, sem sombras de dúvidas, um dos rescaldos desse período sombrio.

É indubitável que a participação de organismos internacionais nessa verdadeira conspiração contra o Brasil será comprovada. Assim como foi elucidada a participação ativa dos EUA na consecução e consolidação do golpe de 1964. As “cooperações” entre parte do judiciário pátrio com o Departamento de Estado Norte Americano foram imensas. Ao ponto de abrir-se uma ação bilionária em Nova York, que depois iria se converter em benefício de uma ONG criada pelo MPF de Curitiba.

O conjunto de crimes cometidos por essa gente não pode se quedar impune. Seria um descalabro e uma desmoralização para o sistema de justiça brasileiro.

# “DECISÃO DO STF AUTORIZA ABERTURA DE INQUÉRITO CONTRA EX- JUIZ SÉRGIO MORO”

O processo que ficou parado correndo sob sigilo absoluto revela fatos sobre um acordo de delação premiada firmado em 2004. Os autos, que somariam quase 7 mil páginas, possuem provas dos excessos cometidos. "Eu acredito que esse cenário é um quadro de restauração da normalidade, com os atores assumindo seus papéis", aponta Eugênio Aragão. "No Brasil, temos uma delação premiada às avessas. O sujeito está se delatando, não em relação à chamada organização criminosa, e sim em relação ao Estado. Ele teme o Estado, não a organização criminosa".

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

**N**a última semana, o ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, acatou os pedidos da Procuradoria Geral da República (PGR) e da Polícia Federal (PF) e autorizou a abertura de um inquérito contra o ex-juiz e atual

senador Sergio Moro para investigar os relatos do ex-deputado estadual Tony Garcia, do estado do Paraná, sobre um acordo de delação premiada fechado no caso do Banestado. O acordo teria sido firmado em 2004 e foi rompido em 2018.

A suspeição que paira sobre Sergio Moro, quando juiz do

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), teria obrigado Garcia a realizar um determinado número de gravações de conversas com juizes e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além das escutas ilegais, ele teria forjado testemunhos, sempre seguindo as orientações de Moro e ex-procuradores. O



processo ficou sob sigilo até que um juiz federal o enviou para o STF, em 2023.

Para conversar sobre o impacto da decisão para as instituições legais do país, o jurista e ex-ministro da Justiça, Eugênio Aragão, conversou com a reportagem da Focus. Aragão foi ministro da Justiça no governo Dilma Rousseff. É professor titular de direito internacional na Universidade de Brasília. Foi um grande crítico à Operação Lava Jato, argumentando que ela prejudicava a economia brasileira.

O advogado ingressou no serviço público em 1980, construiu uma carreira significativa no Ministério Público Federal, ocupando diversos cargos. Também atuou como advogado nas campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 e 2022. Abaixo, trechos da entrevista concedida a Alberto Cantalice e Fernanda Otero.

- **Focus:** Quando o senhor tomou posse como ministro, uma frase marcou o seu discurso: "Não existe ninguém nesse país

com o monopólio da moralida-

## NO BRASIL, TEMOS UMA DELAÇÃO PREMIADA ÀS AVESSAS.. O SUJEITO TEME O ESTADO, NÃO A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

de". Como o senhor avalia as recentes notícias sobre a decisão do ministro Dias Toffoli de abrir inquérito contra Sérgio Moro?

- **Eugênio Aragão:** Eu acho que isso é o corolário natural de tudo que tem sido revelado ao

longo dos últimos três, quatro anos, a respeito da Lava Jato. Desde que começaram a ser reveladas as conversas entre (Deltan) Dallagnol e a equipe da Lava Jato com o juiz Moro, até o momento em que o Juiz Moro decidiu deixar a magistratura para se tornar Ministro da Justiça, tudo aquilo perdeu credibilidade. Não era a primeira vez que um magistrado deixava a magistratura em condições bastante delicadas para se tornar ministro de um governo. Vale lembrar que o ministro (Francisco) Rezek, que foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições do Collor e Lula em 1989, assim que Collor foi empossado, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, abandonando o Supremo Tribunal Federal para ocupar um cargo no governo do presidente a quem ele deu ganho de causa em um conflito com o outro. Ou seja, o Rezek, de certa forma, ultrapassou a linha vermelha. Mais tarde, com o ocaso do governo Collor e, de maneira ainda mais grave, ele foi nomeado novamente Ministro do Supremo Tri-

bunal Federal.

Então, o Rezek foi ministro do STF em duas ocasiões, nomeado duas vezes. Há pessoas que foram convidadas duas vezes e recusaram, como o Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, e há pessoas que foram nomeadas duas vezes. Portanto, o Rezek já deu um mau exemplo, que o Moro seguiu. No entanto, o caso do Moro era muito mais grave, pois Moro era o juiz criminal contra o Lula, enquanto o Rezek nunca tratou diretamente de nenhuma ação de acusação contra o Lula, ele era o presidente do TSE.

Moro fez isso, e fez isso nas vésperas da eleição, ainda divulgando uma suposta delação de (Antonio) Palocci. Demorou, a meu ver, para a ficha cair no Supremo Tribunal Federal, para realmente perceberem que estavam sendo engabelados pelo juiz de primeira instância. Na segunda instância, o TRF4 nunca fez a sua mea culpa. Aqueles três que confirmaram a sentença condenatória do Moro no caso do Guarujá, nunca se manifestaram, nunca pediram desculpas. O ministro Félix Fischer, responsável pelo caso no STJ, não teve essa oportunidade porque se aposentou, já muito doente, por volta dos 75 anos, e saiu da vida pública. Nunca tivemos nas outras instâncias, alguma correção de rumos como estamos vendo agora no Supremo Tribunal Federal.

O fato de ser o ministro Toffoli atuando neste caso, para mim indicam duas coisas. A primeira é que o ministro Toffoli é o "sucessor" como relator, do ministro Lewandowski, isso é significativo.

A segunda, me parece que Toffoli, de alguma forma, chama para si a solução do problema, pois foi ele quem, como presidente do STF, protelou por mais de um ano, a pauta do pedido de habeas corpus que permitia

a soltura de Lula, resultando nos 580 dias de prisão do Presidente.

Eu acredito que esse cenário é um quadro de restauração da normalidade, com os atores assumindo seus papéis, e considero que é mais do que oportuno que isso aconteça. Acredito que o mesmo deve ocorrer no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois Moro pediu exoneração e saiu impune. Se ele ainda fosse juiz, estaria provavelmente enfrentando um processo de demissão. No entanto, nada impede, na minha opinião, que o

## O PRESIDENTE LULA PODERÁ INGRESSAR COM UMA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. A VONTADE DELE SOBRE O ASSUNTO É OUTRA QUESTÃO, PESSOAL

CNJ inicie um processo para retroativamente converter a exoneração em demissão, e acho que isso deve acontecer, espero que aconteça, enquanto não haja prescrição.

**- O senhor poderia explicar melhor este processo no Conselho Nacional de Justiça?**

Em primeiro lugar, a exonera-

ção é um ato voluntário ou involuntário de dispensa de alguém, não trazendo nenhuma censura; a pessoa simplesmente se desligou do serviço público ao se exonerar. Já a demissão, não; a demissão é uma pena. O servidor público demitido a bem do serviço público, não pode mais ocupar cargo público, configurando-se como uma penalidade. Isso implica que, por exemplo, se a demissão for decidida após o servidor se aposentar, ela pode acarretar a cassação de sua aposentadoria. Portanto, é uma pena, e essa é a diferença. O CNJ pode, sim, abrir um processo, ainda dentro do prazo prescricional, para apurar o dolo, de um fato da época em que ele era juiz e retroativamente aplicar as consequências disso. Dizer "não, você não poderia ter se exonerado, você será demitido a bem do serviço público", isso é algo possível.

Agora, o CNJ é uma instância administrativa, não judicial. Ela só atinge magistrados que estão submetidos ao Supremo Tribunal Federal, segundo jurisprudência da corte. O Supremo entende que os ministros do STF não estão sujeitos ao CNJ, pois, na Constituição, o Supremo está acima do CNJ. Portanto, o Supremo não pode ser alvo de ação do CNJ, segundo a jurisprudência do Supremo. Isso é muito controverso, mas o que vale é a palavra da última instância, a instância que interpreta a Constituição, então está feito, é isso.

O CNJ não cuida dos ministros do Supremo; quem cuida deles é o Senado Federal, em caso de impeachment. Eles têm outra instância para cuidar de sua disciplina.

O órgão é essencialmente disciplinar. Ultimamente, com a ministra Rosa Weber na presidência do Supremo, tem havido um aumento significativo de processos



disciplinares, principalmente por manifestações políticas de juízes, com toda a razão. Não posso discordar disso, apesar de ter defendido alguns juízes, um deles, inclusive, que entendi que o fato imputado era um ato jurisdicional não sujeito ao controle do CNJ, pois o CNJ só controla atos administrativos, não jurisdicionais. Juízes são independentes, e atos jurisdicionais devem ser revistos através dos recursos próprios na própria justiça. Essa foi uma tese que levantei em casos que atuei recentemente, defendendo juízes em processos no STF.

A verdade é que o CNJ tem sido rigoroso em relação a manifestações explícitas dos magistrados, seja de direita ou de esquerda. O magistrado não deve fazer manifestação política. Ele pode, como cidadão, ter princípios e convicções, mas não deve trazê-los à baila, pois pode confundir as partes na confiança da interpretação jurisdicional. Esse é o princípio que hoje está cristalizado no CNJ. O CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) são órgãos com uma carga corporativa, pois sua maioria é formada por juízes e membros do Ministério Público, com pouca gente de fora. Há pouca participação externa, sendo quase um controle interno desses órgãos. Isso é um debate que já foi feito na época da Emenda Constitucional 45, da reforma do Judiciário. Esse é o panorama desses dois órgãos de natureza administrativa e disciplinar.

**- A delação premiada, uma das principais ferramentas da Lava Jato, continua prestigiada?**

- A Constituição é bastante clara no artigo 5º ao estabelecer que todo erro judiciário deve ser indenizado. O problema reside no Judiciário reconhecer seu próprio erro; esse é o impasse. Acredito que o Supremo

está caminhando nessa direção de reconhecer o equívoco. Com isso, o presidente Lula poderá ingressar com uma ação de indenização. A vontade dele sobre o assunto é outra questão, algo pessoal, mas considero pedagógica é necessária essa ação. A União certamente não enfrentará isso sozinha; entrará com a ação regressiva para que Moro e os envolvidos na Lava Jato assumam a responsabilidade financeira. Caso o presidente Lula decida posteriormente doar

## MAGISTRADO NÃO DEVE FAZER MANIFESTAÇÃO POLÍTICA. ELE PODE, COMO CIDADÃO, TER PRINCÍPIOS E CONVICÇÕES, MAS NÃO DEVE TRAZÊ- LOS À BAILA

esse valor para uma instituição, é um problema que ele resolverá. No entanto, parece mais do que conveniente que essas pessoas arquem pessoalmente, com consequências patrimoniais de suas ações.

Para mim, o grande erro de tudo isso está na própria Lei 12.850, infelizmente uma obra dos nossos governos. Essa lei, que trata da investigação de organizações criminosas, foi gestada dentro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lava-

gem de Ativos (ENCCLA). A meu ver, essa estratégia foi mal feita. Particpei da ENCCLA como representante do Ministério Público algumas vezes, a pedido do Dr. Laudis Valteres e, posteriormente, do Dr. Antônio Fernando. No entanto, devo afirmar que a ENCCLA foi construída com base no corporativismo já que foram convidadas para participar não apenas instituições, mas sim suas corporações. Isso a transformou em uma "intersindical", e sabemos que essas corporações adotam atitudes de alto risco para a administração, buscando alavancar-se em termos de poder e ganhos pessoais. Quanto mais temidas e respeitadas forem, melhor serão os ganhos de seus membros em suas respectivas carreiras. Parece-me que a ENCCLA foi construída de maneira inadequada, e o resultado foi desastroso. A Lei 12.850 é um desastre!

Em primeiro lugar, a definição de organização criminosa contida nessa lei é tão aberta que abrange qualquer coisa. Costumo dizer que até a loja de tecidos do Sr. Salim, no Saara do Rio de Janeiro, caberia nela. A loja do Sr. Salim é composta por quatro pessoas: o Sr. Salim, que cuida dos livros; a filha, que atende os clientes; a esposa, responsável pelo caixa; e o filho, encarregado das entregas. A loja possui alvará de fiscalização da Prefeitura do Rio de Janeiro, está estruturada, possui divisão de trabalho, mas não recolhe ICMS. Nessa lógica, pode-se dizer que é voltada para uma prática criminosa, já que não emite nota fiscal nem recolhe impostos. Portanto, a conclusão é que a loja do Sr. Salim é considerada uma organização criminosa. A partir dessa constatação, é possível interceptar conversas telefônicas, interferir na comunicação de dados, prender o Sr. Salim e exigir que ele faça



uma delação premiada, entre outras ações. E isso vale para tudo, desde igrejas até partidos políticos, qualquer coisa pode ser enquadrada como organização criminosa.

Parece-me que uma definição tão ampla de organização criminosa para empoderar o MP, é um equívoco, pois usaram elementos da convenção de Palermo. Por exemplo, na Itália, apenas dois tipos de organizações criminosas são reconhecidas: as mafiosas e as terroristas. Isso foi feito durante as operações contra a máfia e também devido a problemas com a Brigata Erode. Assim, organização criminosa, na Itália, se refere apenas a esses dois tipos de organizações. E por quê? Porque o delator, o arrependido, é um condenado pela própria organização, seja ela terrorista ou mafiosa, e está correndo risco de vida. Ele pede socorro à polícia para preservar sua vida, e a polícia o ajuda prendendo as pessoas que o ameaçam, uma mão-lava a outra. Existe uma razão humanitária por trás disso.

O que acontece no Brasil? O indivíduo não vai à polícia por-

## CONFORME EVIDENCIADO PELAS CONVERSAS, HAVIA ABUSOS QUE SE CONCRETIZAVAM EM DELAÇÕES EXTORQUIDAS DAS PESSOAS

que está em perigo de vida, mas porque deseja manter seu padrão de vida e teme que a polícia e o Ministério Público congelem seus bens, tomem suas empresas e prejudiquem sua imagem. O sujeito está se delatando, mas não em relação à chamada organização criminosa, e sim em relação ao Estado. Ele teme o Esta-

do, não a organização criminosa. Isso é o princípio italiano às avessas, e isso levou a uma situação onde a delação premiada passa a ser uma forma de extorsão, um completo equívoco.

**- Queria que o senhor comentasse, na sua experiência, que elementos refutam a hipótese de que o relato desse ex-deputado seria fantasioso? Podemos esperar que em algum momento, o ex-juiz seja preso?**

- Quanto à primeira questão, todos os relatos envolvendo Sérgio Moro e as pessoas que compuseram aquele grupo, estão corroborados com outros fatos que vieram a lume nos processos em que eles atuavam. Em outras palavras, o que foi originalmente discutido em conversas secretas foi posteriormente adotado em práticas públicas e abertas.

Portanto, torna-se bastante difícil negarem, tanto que eles não contestam mais a veracidade desses relatos ou diálogos.

Em relação aos relatos de delatores que se retratam, parece que essas situações se encaixam perfeitamente dentro des-

ta materialidade. Isso significa que, conforme evidenciado pelas conversas, havia abusos que se concretizavam em delações extorquidas das pessoas, em alguns casos, resultando em prisões de familiares, como vimos recentemente, em relação à filha do ministro José Dirceu...

**- que inclusive, apresentou mais um pedido sobre a suspeição de Moro...**

- Exatamente, ali vimos claramente que foi uma armação para colocar o José Dirceu de joelhos. A forma mais intensa de tortura para qualquer um de nós é mexer com nossos entes queridos. Cada um de nós é capaz de aceitar as consequências de nossos próprios atos, ou seja, quando estamos envolvidos na política e consideramos certas pessoas como inimigas, sabendo que estamos em um campo de batalha, podemos aceitar os riscos pessoais. O que não é aceitável é que nossos entes queridos se tornem alvos nesse conflito, e isso aconteceu com vários familiares de petistas. No caso do Lula, é ainda mais evidente. Seus filhos, a Marisa, e todo o círculo próximo foram envolvidos nessa sujeira. Parece que essa prática era recorrente, e o mais grave é que ela era abençoada por quatro instâncias. Isso é profundamente alarmante e lança dúvidas sobre a consistência da nossa justiça, pois testemunhamos quatro instâncias agindo de maneira similar em relação aos alvos da Lava Jato.

Ir para a prisão é uma coisa, ser condenado é outra. Primeiramente, os meios recursais no Brasil são extremamente amplos, e ele, hoje senador, será julgado pelo Supremo, juntamente com aqueles que cometeram crimes em conluio com ele, serão levados para o STF Inclusive, (Deltan) Dallagnol e outros procuradores

que eventualmente corroboraram ou agiram em conjunto com Moro também serão julgados pelo Supremo enquanto Moro for senador. Se Moro for cassado pelo TRF do Paraná, então, em tese, o processo será enviado para a primeira instância.

A questão a ser considerada é como isso será tratado na primeira instância, sabendo que esse foi o principal teatro da Lava Jato. A pergunta fica no ar: se Moro for cassado, para onde irão esses processos? O Supremo Tribunal

## A PERGUNTA FICA NO AR: SE MORO FOR CASSADO, PARA ONDE IRÃO ESSES PROCESSOS?

Federal interpretou de maneira muito restritiva a questão do foro privilegiado a que fazem juz autoridades, alegando que ele só detém essa prerrogativa para julgar autoridades. Portanto, se Moro for cassado, não importa se os crimes foram cometidos durante seu mandato, a competência provavelmente seria do TRF-4, o que seria, na minha opinião, a pior solução possível.

Não podemos prever exa-

tamente o que acontecerá; no entanto, se Moro continuar exercendo seu mandato pelos oito anos previstos na Constituição, parece que poderá haver sanções mais graves em relação a ele e àqueles que conspiraram com ele contra interesses nacionais e a economia brasileira, sem dúvida.

**- Mudando um pouco esse eixo, você que tem uma longa trajetória no Ministério Público Federal e também conhece bastante o direito penal e criminal, você não acha, que com essa crise da segurança pública no Brasil, não há um descumprimento do Ministério Público, dos Estados, o Ministério Público no controle externo da atividade policial? Não há inércia dos Ministérios Públicos, de deixar as forças policiais agirem sem um controle, sem efetivamente exercer esse controle externo que a Constituição comanda?**

- Sobre o controle da atividade policial, gostaria de dizer que esse controle é um engodo. Explico: a constituição, apesar de ter colocado o controle externo da atividade policial, como uma das funções do Ministério Público Federal, não se efetivou como esperado. As leis orgânicas aprovadas no Congresso e nas Assembleias Legislativas enfrentaram resistência dos policiais, resultando em um esvaziamento significativo do controle externo da atividade policial. As leis não fornecem ao Ministério Público os instrumentos necessários para exercer essa função. Mesmo a criação da 10ª Câmara pelo Ministério Público Federal para tratar desse controle externo não resolve totalmente a questão, dada a complexidade e a resistência interna corporativa entre MP e as polícias. Isso dificulta o acesso do MP a dados policiais.

Esse sistema de colocar o

Ministério Público como controlador da polícia não funcionou no Brasil. Pessoalmente, vejo de maneira positiva que o Ministério Público não tenha mais esse poder, pois, ao assumir funções da polícia, poderia se tornar uma corporação de "meganhas", o que seria extremamente prejudicial. Acredito que o Ministério Público não deve controlar a polícia, mas sim, colaborar com ela. E quem deve controlar a polícia? O controle deve ser exercido pela sociedade civil, um modelo mais legítimo e eficaz aplicado em qualquer país civilizado.

Poderíamos ter conselhos da polícia, tanto nacional quanto estadual, compostos por professores universitários da área da criminologia, organizações de direitos humanos, igrejas, empresários e membros da polícia. Esses conselhos, com mecanismos próprios de poder, teriam autoridade para até mesmo punir na esfera administrativa. Isso seria muito mais eficaz do que entregar para uma instituição que tem uma relação conflituosa permanente por razões corporativas, e não de princípios.

Além disso, considero equivocada a ideia do Ministério Público assumir a investigação criminal. Meu pai costumava dizer, dentro de sua forma sertaneja: "meu filho, quem mexe com merda acaba sujando as mãos", expressão que considero apropriada nesse contexto. Em vez disso, o Ministério Público deveria receber o processo da polícia e fazer um filtro, avaliando o trabalho policial durante o inquérito. O judiciário, por sua vez, faria uma revisão subsequente para verificar a validade do que foi apresentado pelo Ministério Público. Se houver qualquer vício no processo, existe uma segunda instância, além das instâncias sucessivas, o controle do controle. Aqueles que deveriam controlar acabam

se envolvendo diretamente no processo, comprometendo a imparcialidade.

Esse controle do Ministério Público sobre a polícia não é eficaz, e o Ministério Público não deve ter o poder de investigação. Apesar de o Supremo Tribunal Federal, com o voto do Ministro Celso de Mello, ter decidido que o Ministério Público, em casos extraordinários, poderia investigar, a ausência de critérios claros para definir o "extraordinário" é um ponto a ser considerado. A

**QUANDO SOUBE  
QUE O MINISTRO  
LEWANDOWSKI  
SERIA INDICADO, SÓ  
PUDE APLAUDIR.  
TEM UM PERFIL  
CORAJOSO.  
ENFRETOU  
A MÍDIA SEM  
RECEIOS.**

auto investigação, por exemplo, é permitida ao Ministério Público quando um membro pratica um crime, mas negada à polícia. Esse privilégio unilateral é questionável, sugerindo a necessidade de criar uma instância da sociedade civil para exercer o controle social sobre a polícia, algo mais crucial do que conceder amplos poderes ao Ministério Público.

**- O que você achou da indica-**

**ção do ministro Ricardo Lewandowski para ocupar o posto de ministro da Justiça, cargo que você já ocupou, em substituição ao Flávio Dino?**

Eu considero que foi uma escolha natural, completamente natural. Primeiramente, porque o ministro Lewandowski é, sem sombra de dúvida, o ministro em quem o presidente Lula deposita sua maior confiança. Essa confiança remonta aos tempos de militância sindical em São Bernardo, quando o presidente Lula foi preso e a família do ministro Lewandowski o acolheu enquanto ele fugia da polícia da ditadura militar. Existe, portanto, uma relação bastante antiga entre eles. Quando soube que o ministro Lewandowski seria indicado, só pude aplaudir, e isso por várias razões. Não apenas pela ligação pessoal, mas também pelo perfil corajoso que o ministro Lewandowski demonstrou ao longo dos anos, enfrentando a mídia mainstream dentro do Supremo sem receios.

Ele sempre teve uma postura crítica em relação à caça às bruxas direcionada à esquerda brasileira, desde os tempos do mensalão, quando teve discussões sérias com o então ministro Joaquim Barbosa. Assim, considero que o ministro Lewandowski, naturalmente, deveria ocupar o cargo, levando em consideração não apenas sua vasta experiência como ministro do Supremo, presidente da Suprema Corte e presidente do CNJ, mas também sua atuação como professor universitário da USP. Ele é um estudioso, alguém com um perfil adequado. Portanto, enxergo que o comprometimento dele com as questões jurídicas e sua postura fazem dele um perfil perfeito para assumir o cargo de ministro da Justiça do Presidente Lula.



# CORAÇÃO DE ESTUDANTE

Presidente Lula sanciona projetos que dão apoio prático para a permanência dos jovens nas escolas de ensino fundamental e médio

**N**ão é só recuperação de conteúdos antigos. No tema educação, o governo Lula apresentou novidades que complementam os programas de apoio existentes antes do desastre bolsonarista. Na terça-feira da semana passada (16/01), Lula sancionou três medidas, junto do ministro da Educação, Cami-

lo Santana, e do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Uma delas é a Bolsa Permanência para estudantes do ensino médio. Os valores ainda serão definidos em legislação complementar. Porém, segundo informação da Revista Fórum, o relator do projeto, deputado federal Pedro Uczai (PT-SC), adiantou que a bolsa pretende garantir 10 parcelas mensais de R\$ 200 para

estudantes de famílias de baixa renda que comprovarem estar frequentando a escola ao longo dos três anos do ensino médio. Ou seja, 30 parcelas.

Além desses recursos, o governo federal fará um depósito de R\$ 1 mil por ano em uma conta poupança para os estudantes que permanecerem na escola. O montante dessa poupança poderá ser sacado ao final do curso



**INCLUSÃO** - Serão beneficiados estudantes de baixa renda matriculados nas redes públicas. Medida pretende democratizar o acesso dos jovens ao ensino e reduzir taxas de evasão escolar

pelos alunos que concluírem o ciclo.

Os estudantes que poderão ter acesso à Bolsa Permanência são de famílias registradas no Cadastro Único do Bolsa Família, cuja renda per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218. “A educação pública avança quando o governo acredita em educação e a incentiva”, postou Lula em suas redes sociais.

Complementada por outras políticas públicas, como a merenda escolar e o próprio Bolsa Família, a Bolsa Permanência quer combater a evasão escolar. Um dos resultados esperados pelo governo é o desestímulo à presença de crianças e adolescentes na mendicância.

Outra medida sancionada é a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, para promover a saúde mental de estudantes, professores e demais profissionais da educação, além de pais e responsáveis. Combinada com

a recente aprovação de projeto que criminaliza o bullying e o cyberbullying, essa política pode incidir na redução de violência e suicídios entre estudantes do ensino fundamental e médio.

O texto do projeto prevê alguns pilares para sua implementação: participação da comunidade escolar e da comunidade na qual a escola está inserida; abordagem multidisciplinar e intersectorialidade das ações; ampla integração da comunidade escolar com as equipes de atenção primária à saúde e de serviços de proteção social do território onde a escola está inserida; garantia de oferta de serviços de atenção psicossocial para a comunidade escolar; não discriminação e respeito à diversidade. Ou seja, o SUS e seus serviços públicos de saúde mental vão à escola.

Por fim, após tramitar por cinco anos no Congresso Nacional, a lei que institui um plano de carreira para os profissionais da

rede pública de educação básica foi sancionada por Lula. O plano prevê que as escolas desenvolvam perspectivas de avanço profissional, educação continuada para educadores – entre eles, professorado e outras categorias que atuam nas escolas – e jornada semanal de 40 horas.

Porém, essa lei não apresenta novidades em relação ao Piso Nacional do Magistério, em vigor desde 2008, mas frequentemente ignorado por prefeitos e governadores desde que foi sancionado.

“É uma Lei que não apresenta novidades sobre as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação, apenas compila diretrizes já existentes na Constituição Federal e nas leis educacionais”, enfatiza o presidente da CNTE-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Heleno Araújo. A CNTE afirma que o grande desafio continua sendo transformar as boas intenções em práticas.



# VACINAÇÃO CONTRA A DENGUE DEVE COMEÇAR EM FEVEREIRO

Com o aumento vertiginoso do número de casos, Ministério da Saúde coordena ações de combate à doença

O Ministério da Saúde planeja iniciar ainda em fevereiro, a campanha de aplicação da vacina conhecida como Qdenga contra a dengue. O Brasil é o primeiro país no mundo a oferecer essa proteção pelo sistema público universal.

O Sistema Único de Saúde (SUS) incluiu o imunizante no calendário após recomendação da Comissão Nacional de Incorporações de Tecnologias no SUS

(Conitec). O órgão promoveu uma consulta pública em caráter de urgência e, ao analisar o procedimento, levou em conta o cenário epidemiológico, além da necessidade de adotar mais uma ação de enfrentamento à doença.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a dengue como uma doença endêmica, e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) calcula que meta-

de da população mundial esteja em risco de contrair dengue, estimando que de 100 milhões a 400 milhões de pessoas estejam expostas ao contágio anualmente.

Um relatório da OPAS apontou que a maioria dos casos de dengue registrados no Cone Sul aconteceu no Brasil. Foram 80% dos casos entre os mais de 3.1 milhões reportados.

O público alvo inicial deverá ser o que compõe a faixa etária

entre 6 e 16 anos. A determinação do Ministério da Saúde de imunizar esse grupo específico segue as recomendações da OMS.

A estratégia de vacinação será definida em conjunto com estados e municípios. Uma reunião realizada no último dia 15, do Programa Nacional de Imunizações (PNI) com a Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI), colegiado de caráter consultivo, debateu as estratégias de utilização do quantitativo disponível.

A pasta informou em coletiva que está prevista uma nova reunião, ainda em janeiro, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), foro permanente de negociação, articulação e decisão entre gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS). Também compõem a CTI o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), para o âmbito estadual, e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), para o âmbito municipal.

A vacina Qdenga não será utilizada em larga escala em um primeiro momento, já que o laboratório fabricante, Takeda, tem uma capacidade restrita de fornecimento de doses. A previsão é que sejam entregues 5.082 milhões de doses em 2024, entre fevereiro e novembro. O esquema vacinal é composto por duas doses. A distribuição das doses deverá ser escalonada ao longo do ano, conforme o cronograma de entregas da empresa.

Com a limitação de aquisição, uma outra ação monitorada pelo Ministério são os estudos relacionados à vacina realizados no Brasil. A pasta monitora uma pesquisa em andamento, que acontece no município de Dourados (MS) e é liderada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com o fabri-



cante da Qdenga. O estudo tem como expectativa vacinar 150 mil moradores da cidade com idade entre 4 e 59 anos até agosto deste ano.

A vacinação é apenas uma das ações de enfrentamento à doença que faz parte das medidas adotadas por um governo comprometido com a ciência. A responsável pelo Ministério da Saúde, Nísia Trindade, ao anunciar o conjunto das ações de combate à doença, expressou preocupação quanto às alterações do clima. "Sabemos que, com as mudanças climáticas e o processo de aquecimento, há um impacto geral na saúde e, em especial, nos grupos mais vulneráveis. Há também um impacto muito acentuado em relação às arboviroses", declarou em coletiva.

O governo federal monitora o cenário das arboviroses no Brasil e vai investir R\$ 256 milhões no fortalecimento desta vigilância com a criação da Sala Nacional de Arboviroses (SNA), espaço permanente que vai permitir o monitoramento em tempo real dos locais com maior incidência de dengue, Chikungunya e Zika. Os recursos do programa já começaram a ser repassados aos estados.

Uma outra medida adotada pelo Ministério da Saúde é o método Wolbachia. O método consiste na liberação de mosquitos da espécie *Aedes aegypti* infectados por uma bactéria intracelular do gênero *Wolbachia*, que apenas infecta insetos, e atua bloqueando a capacidade de transmissão dos vírus da dengue, Zika e Chikungunya pelo mosquito. O procedimento já foi iniciado em pelo menos 11 estados.

A infecção por dengue gera uma doença que pode ser assintomática ou apresentar formas mais graves, evoluindo ocasionalmente ao óbito. A principal medida ainda é a eliminação dos criadouros do mosquito - 75% deles localizados dentro e no entorno dos domicílios.

Segundo dados do Ministério da Saúde, ao longo de todo o ano de 2023 foram notificados 1.658.816 casos da doença e 1.094 óbitos em decorrência da dengue.

O ano de 2024 registra números preocupantes de avanço da doença. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Rio de Janeiro são os estados que registraram um aumento de 100% de casos em janeiro.

Fonte: Agência Brasil, Fiocruz, OPAS





# FARMÁCIA POPULAR COMEÇA A DISTRIBUIR GRATUITAMENTE ABSORVENTES

Medida integra a Política de Dignidade Menstrual e irá beneficiar cerca de 24 milhões de pessoas



**DIGNIDADE** - O Farmácia Popular começou a distribuir absorventes para a população em situação de vulnerabilidade social em mais de 31 mil unidades credenciadas

**M**eninas e mulheres de baixa renda já podem retirar gratuitamente absorventes em uma das 31 mil drogarias credenciadas no programa Farmácia Popular. A iniciativa integra a Política de Dignidade Menstrual, sancionada pelo governo Lula em 8 de março do ano passado, no Dia Internacional das Mulheres.

Segundo o Ministério da Saúde, a oferta é direcionada a grupos que vivem abaixo da linha da pobreza e estão matriculados em escolas públicas, ou estão em situação de rua ou em vulnerabilidade extrema. A população recolhida em unidades do sistema prisional também será contemplada. De acordo com a pasta, o público-alvo do programa abrange 24 milhões de pessoas.

A medida representa uma importante vitória para todas as mulheres e pessoas com útero, tendo em vista que Bolsonaro vetou a distribuição gratuita dos itens de higiene, sob a alegação de que “os absorventes higiênicos não se enquadram nos insumos

padronizados pelo SUS, portanto não se encontram na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, além disso, a medida não se adequaria ao princípio da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde do SUS”.

Podem receber absorventes brasileiras ou estrangeiras que vivem no Brasil, com idade entre 10 e 49 anos, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e que contam com renda familiar mensal de até R\$ 218 por pessoa.

Segundo a Agência Brasil, estudantes das instituições públicas de ensino também devem estar no CadÚnico, mas, neste caso, a renda familiar mensal por pessoa vai até meio salário mínimo (R\$ 706). Para pessoas em situação de rua, não há limite de renda.

#### Como ter acesso?

O Ministério da Saúde informa que, para retirar o absorvente, basta se dirigir a uma unidade credenciada do Farmácia Popular, apresentar um documento de identificação oficial com número do CPF e a ‘Autorização do Pro-

grama Dignidade Menstrual’, em formato digital ou impresso, que deve ser gerado via aplicativo ou site do ‘Meu SUS Digital’ (nova versão do aplicativo Conecte SUS), com validade de 180 dias. A aquisição para menores de 16 anos deve ser feita por responsável legal.

Em caso de dificuldade para acessar o ‘Meu SUS Digital’ ou emitir a autorização, basta se dirigir a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde agentes de saúde e profissionais podem auxiliar na emissão da autorização. Pessoas em situação de rua também podem ir até os Centros de Referência da Assistência Social - Cras e Creas, Centros POP, centros de acolhimento e equipes de Consultório na Rua.

Para as pessoas que estão recolhidas a unidades do sistema penal, a entrega será coordenada e executada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a distribuição realizada diretamente nas instituições prisionais.

Da Redação do Elas por Elas, com informações do Ministério da Saúde, Agência Brasil e Agência Câmara



# TRAGÉDIA CLIMÁTICA NA REGIÃO METROPOLITANA FLUMINENSE

**Aercio Barbosa de Oliveira**

**A**s chuvas torrenciais dos dias 13 e 14 de janeiro, na região metropolitana do Rio de Janeiro, mostram os múltiplos fatores responsáveis por mortes, prejuízos materiais e traumas psicológicos. Contudo, as 12 mortes registradas até o momento, provocadas pelas enchentes, colocam em relevo a segregação socioterritorial nas metrópoles brasileiras. São as pessoas com pouco poder de influenciar o sistema político e com rendimento baixo, às vezes incerto ou sem nenhum, as mais penalizadas pelos eventos climáticos extremos. E sabemos que as mais expostas têm a pele negra, são crianças e idosas.

O número maior de óbitos ocorreu em municípios da Baixada Fluminense, oito mortos. Na cidade do Rio de Janeiro, três

mortos viviam em bairros populares: Acari, Ricardo de Albuquerque e Estrada de Botafogo. Não foi identificado o local de moradia de uma das vítimas.

Independentemente do volume de chuva, cada vez maior com a alteração do clima, quem mais sofre vive em bairros e cidades cujo sistema de macro, meso e microdrenagem, de tratamento de esgoto e de coleta de lixo, não existem ou funcionam mal; o padrão construtivo das residências é precário; não há estrutura de contenção de encostas ou qualquer outra iniciativa consistente para enfrentar os eventos climáticos extremos. Para agravar os efeitos das chuvas torrenciais, as residências ficam próximas às margens dos rios.

## **Sobra descaso onde falta moradia**

No caso dos municípios da Baixada Fluminense, a maioria

das famílias vive em áreas loteadas para moradia a partir das décadas de 1950, 1960 e 1970. Loteamentos, que antes eram glebas que serviam à produção agrícola, regularizados pelo poder público inadequadamente. Para autorizar a venda desses loteamentos seria necessário um trabalho prévio de instalação de infraestrutura, no mínimo, de macrodrenagem considerável. Isso já se mostrava necessário antes mesmo do aquecimento climático.

Boa parte desses loteamentos das cidades da Baixada Fluminense estão próximos aos rios ou em áreas de amortecimento das águas que transbordam dos leitos dos rios. Basta ver que as mortes, as famílias mais penalizadas, na Baixada Fluminense, viveram ou vivem próximas aos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, ou próximas a seus afluentes. Esses rios cortam as cidades de São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita e Duque

de Caxias. Deve-se destacar que a maioria dos quase quatro milhões de moradores e moradoras da região reside em loteamentos regularizados, com escritura de propriedade registrada em cartório etc. A região, em termos absolutos e relativos, tem muito menos favelas e comunidades urbanas do que a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, se tem, muitas vezes, mais dificuldade em acessar bens e serviços públicos do que muitas famílias que moram em favelas do Rio de Janeiro.

Hoje em dia, o problema de moradia se agrava com o elevado déficit habitacional na região metropolitana fluminense. Muitas famílias saem da capital do estado para morar nas cidades da Baixada Fluminense. Sem uma política habitacional vigorosa, grupos de milicianos, numa relação com as prefeituras e câmaras de vereadores, negociam a venda de terrenos em áreas impróprias para moradia. Fato que agrava o risco de tragédia com os eventos climáticos extremos. Muitos desses loteamentos ficam em áreas sujeitas a enchentes.

O fato é que, como muitos moradores e moradoras declararam, lugares que não enchiam passaram a encher - e onde as enchentes ocorriam, o volume de água aumentou proporcionalmente à tragédia. Nesse sentido, uma nova questão precisa ser adicionada às propostas de adaptação aos eventos climáticos extremos: a distribuição e o uso dos recursos públicos nos orçamentos.

## Políticas públicas e ação popular

Para atenuar a tragédia, por exemplo, em lugares como os dos bairros populares das cidades da Baixada Fluminense, é preciso investir uma quantidade

de dinheiro vultosa, na combinação de diferentes políticas públicas. Provisão de moradia, regularização fundiária, suporte técnico para a melhoria do padrão construtivo, implantação do sistema de drenagem nos bairros, desassoreamento das calhas dos rios, ampliação dos sistema de bombeamento das áreas de amortecimentos das águas extravasadas dos leitos dos rios (Como exemplo temos o sistema de bombeamento no canal do Outeiro, no bairro Lote XV, em Belford Roxo, que faz divisa com Duque de Caxias. Esse sistema de bombeamento, que agora funciona precariamente, foi instalado durante a execução do projeto de macrodrenagem da Bacia do Rio Iguaçu, na década passada), criação de áreas de extravasamento das águas dos rios, recuperação dos taludes das margens dos rios etc., seriam valiosas medidas estruturantes. Isso apenas para a realidade da Baixada Fluminense, que deveria retomar as obras de macrodrenagem da bacia do Rio Iguaçu e realizar novas obras em suas outras bacias hidrográficas. Nas demais cidades da região metropolitana fluminense é necessário, além de medidas similares, colocar estruturas de contenção de encostas.

Para executar todas essas obras, é necessário alterar a distribuição dos orçamentos públicos Federal, Estaduais e Municipais. Não é possível realizá-las tendo quase metade do orçamento público Federal, o ente da Federação que mais concentra impostos e tributos arrecadados no país, comprometido com o pagamento de títulos da dívida pública. Uma transferência brutal de recursos da população ao sistema financeiro, a famílias ricas e abastadas etc. Evidentemente que não podemos ignorar o uso irresponsável e muitas vezes criminoso, com a apropria-

ção do dinheiro, por agentes do poder público. Esta é uma parte do problema importante que precisamos combater, mas não podemos ignorar como os orçamentos são estruturados e executados.

Na página digital sobre o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o governo Federal anuncia que entre 2023 e 2026 destinará R\$10,5 bilhões para todo o Brasil, para obras de prevenção a desastres - contenção de encostas e drenagens. Todo o dinheiro para evitar tragédias é importante, mas é preciso muito mais. É inegável a preocupação do atual governo Lula, sobretudo quando se compara com os valores que o governo anterior destinou para enfrentar as questões relativas aos eventos climáticos extremos. Os valores disponíveis são muito aquém do que é necessário. Para alterar esses valores, e conter tragédias futuras, é preciso rever seriamente a estrutura orçamentária e fiscal. Significa, da perspectiva do campo democrático popular, disputar e pautar os fundos e recursos públicos.

Agora, além das medidas de apoio emergencial e de reparação às famílias que perderam seus bens, ou tiveram a morte de seus familiares, é preciso uma grande mobilização dos poderes públicos para tomar medidas estruturantes, com políticas de adaptação, capazes de conter tragédias futuras. Infelizmente, todos os estudos mostram que esses tipos de eventos climáticos se acentuarão recorrentemente, com intervalos menores. E do nosso lado, é preciso ampla mobilização e pressão sobre o sistema político formal, cada vez mais imediatista e ignorante à gravidade da fervura climática e suas consequências. •



# MST, 40 ANOS: PT SAÚDA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Ao longo dessas quatro décadas, o MST se consolidou como um dos maiores e mais importantes movimentos populares da América Latina, destaca a legenda, em nota



Ricardo Stuckert

“A reforma agrária é uma das condições para a democracia no Brasil, porque sem ela não há cidadania plena, não há igualdade de oportunidades, não há equilíbrio ecológico” (Antônio Candido, sociólogo, professor e fundador do PT)

O Partido dos Trabalhadores (PT) saúda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo seu 40º aniversário de luta e resistência em defesa da reforma agrária e de um projeto popular para o Brasil.

O MST nasce em 1984, no contexto da luta pela redemocratização do país, como uma expressão da organização e da conscientização dos trabalhadores rurais sem-terra, que enfrentavam a violência e a exclusão impostas pelo latifúndio.

Ao longo dessas quatro décadas, o MST se consolidou como um dos maiores e mais importantes movimentos populares da América Latina, conquistando a terra para milhares de famílias, produzindo alimentos saudáveis de maneira sustentável, promovendo a educação, a cultura, a

saúde e a agroecologia no campo, e participando ativamente das lutas populares e democráticas no Brasil e no mundo.

O PT reconhece a importância e a contribuição do MST para a construção de uma sociedade justa e democrática, na consolidação do processo civilizatório, igualitário e soberano, e reafirma aqui o seu compromisso histórico com a reforma agrária e com a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Diante das lutas mais recentes, na resistência ao golpe contra a Presidenta Dilma, à prisão ilegal e injusta do Presidente Lula e contra as políticas neoliberais agravadas no governo Bolsonaro, que violou os direitos, a democracia e a soberania nacional, aumentando a pobreza, a miséria e a exclusão para maioria do nosso povo, o PT e o MST estiveram juntos. E seguem juntos neste novo momento da história para a reconstrução e transformação do país, sempre fortalecendo a democracia.

Queremos, juntos, avançar as

lutas contra a exploração, concentração das riquezas no campo, o latifúndio, que exclui e explora classe trabalhadora no meio rural. Avançar nas políticas governamentais voltadas para consolidar a reforma agrária e na redistribuição das terras com assistência técnica, crédito, educação, saúde, habitação e infraestrutura.

Combatendo as causas da fome, da pobreza, da desigualdade, e do desequilíbrio ecológico em nossa sociedade, seguimos defendendo a reforma agrária e um projeto popular para o Brasil.

Parabéns, MST, pelos seus 40 anos de luta e esperança!

Viva a reforma agrária popular!

Viva o Brasil!

Brasília, 22 de janeiro de 2024

Gleisi Hoffmann

Presidenta Nacional do Partido dos

Trabalhadores

Henrique Fontana

Secretário-Geral Nacional do Partido dos

Trabalhadores

Lucinha Barbosa

Secretária Nacional de Movimentos

Populares e Políticas Setoriais do Partido

dos Trabalhadores”



# UM PAÍS NA ENCRUZILHADA. CARTA DA ALEMANHA – I

Flávio Aguiar

**A** semana que transcorreu entre 8 e 14 de janeiro tornou-se um símbolo da tensão que cresce na Alemanha.

Dois grandes movimentos marcaram estes dias.

O primeiro foi uma greve clássica, no sistema ferroviário, cuja espinha dorsal é a Deutsche Bahn (DB), uma empresa estatal que além dos trajetos de longa distância opera linhas regionais e parte do metrô da capital, Berlim (o sistema chamado de S-Bahn, onde o "S" significa "Schnell" - rápido).

Os grevistas - maquinistas dos trens de passageiros e de carga - reivindicam melhores salários e uma redução do tempo de traba-

lho de 38 para 35 horas semanais.

A DB tentou obter uma declaração de ilegalidade da greve junto a um tribunal de Frankfurt, sem sucesso. É a terceira greve temporária dos maquinistas desde novembro. A estimativa da própria empresa é de que desta vez a greve afetou 80% da circulação de trens no país. Coincidindo com uma forte onda de frio neste começo de ano, que mergulhou todo o país em temperaturas negativas por dias inteiros, a greve implicou uma redução notável na capacidade de locomoção dos usuários, afetando outros serviços.

Tempos atrás o governo alemão tentou privatizar a DB, sem sucesso, por falta de comprador interessado. Porém, para preparar a empresa para a venda, adotou uma série de medidas restritivas,

"enxugando" pessoal e investimento. O resultado foi uma queda na eficiência das ferrovias alemãs, que deixaram de ter o perfil exemplar de pontualidade e qualidade de que desfrutavam no passado. As idas e vindas da COVID 19 e suas variantes a partir do começo de 2020 só agravou a situação, reduzindo por vezes o pessoal disponível.

O outro grande movimento da semana foi o de agricultores, que ocuparam as estradas e as ruas de cidades com seus tratores, bloqueando-as, em protesto contra os cortes nos subsídios por parte do governo, particularmente no que se refere ao financiamento do óleo diesel para o consumo dos veículos.

Neste caso, o que se observa é uma tentativa por parte de par-



Die Linke	4,0%	SPD	14,0%	Grüne	12,0%
Freie Wähler	3,0%	FDP	5,0%	CDU/CSU	31,0%
AfD	23,0%				

Pesquisa de intenção de voto, janeiro de 2024

tidos conservadores, incluindo o radical Alternative für Deutschland (AfD), de extrema-direita, para capitalizar politicamente o movimento dos agricultores. Segundo as mais recentes pesquisas de intenção de voto, o AfD já se tornou a segunda força política na Alemanha, atrás apenas da conservadora União Demócrata Cristã (CDU) e superando de longe todos os partidos que compõem a atual coligação do governo, o Partido Social Democrata (SPD) do chanceler Olaf Scholz, os Verdes e o liberal FDP. Por sua vez, a esquerda está em crise, com a dissolução da Linke e a formação de um novo partido, BSW, liderado pela deputada Sahra Wagenknecht, que emprestou suas iniciais para a sua sigla.

A situação desta semana mostrou a tensa encruzilhada em que se encontra a Alemanha, premida por uma inflação desestabilizadora que atinge sobretudo setores como agricultura, alimentação, energia e serviços, cujos preços vêm aumentando significativa-

mente mais do que a média anual genérica que fica em torno de 10%. No setor da energia, por exemplo, duramente atingido pela ruptura do fornecimento do gás russo, devido à política de confronto com Moscou por causa da guerra na Ucrânia, a taxa de inflação superou os 40% anuais.

A crise subsequente reanimou o movimento sindical alemão, nos últimos anos amortecido por estratégias mais colaborativas com o capital, apesar dos duros cortes nos investimentos sociais e nos salários provocados pelas políticas de austeridade fiscal que imperam em quase toda a Europa, frequentemente implantadas pelos partidos socialistas ou social-democratas, com ajuda dos Verdes, como foi o caso na Alemanha.

Por outro lado, a mesma crise animou de vez a extrema-direita, que mobiliza corações e mentes com suas bandeiras demagógicas de fácil apelo, como a da xenofobia contra refugiados e imigrantes, particularmente os oriundos da África e do Oriente Médio. Tais

bandeiras retrógradas se viram reforçadas pelo crescimento da islamofobia desde o ataque terrorista do Hamas em Israel no 7 de outubro e a brutal retaliação do governo de Benjamin Netanyahu contra toda a população palestina em Gaza e na Cisjordânia que vem matando crianças e mulheres em massa. Em toda a Europa, e a Alemanha não é exceção, a extrema-direita quer esconder seu passado tradicionalmente antisemita através do fomento da islamofobia, no que é ajudada pela política oficial de repressão contra simpatizantes dos Palestinos.

Em suma, o quadro é muito grave para um olhar progressista, pois a tendência atual é de que esta encruzilhada se transforme numa auto-estrada para a extrema-direita, com o renascimento de práticas que lembram as do Terceiro Reich.

Flávio Aguiar, jornalista e escritor, é professor aposentado de literatura brasileira na USP. Autor, tradutor brasileiro, organizador e colaborador de dezenas de livros, reside atualmente na Alemanha, onde atua como correspondente para publicações brasileiras.





20 de janeiro de 1971

## DITADURA MATA RUBENS PAIVA E MONTA FARSA

Agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) invadem a casa do ex-deputado cassado Rubens Paiva (PTB-SP), no Rio. Acompanhado pelos militares, Paiva sai de sua residência no bairro do Leblon dirigindo o próprio automóvel até o comando da 3ª Zona Aérea, onde seria interrogado e espancado. Dali, foi transferido para o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, onde funcionava o DOI-Codi.

Na virada do dia 20 para o dia 21, o médico Amilcar Lobo, que acompanhou as sessões de tortura, examinou Paiva e diagnosticou hemorragia interna aguda. O ex-deputado morreu naquela noite. Seu corpo foi retirado do quartel e, segundo depoimentos posteriores de agentes dos órgãos de segurança, enterrado em uma praia do Recreio dos Bandeirantes. Anos mais tarde, ainda segundo os mesmos agentes, teria sido exumado

e levado para local desconhecido. Até hoje está desaparecido.

Segundo a versão oficial, Paiva não permaneceu em poder dos militares. Ele teria sido resgatado por terroristas alguns dias depois de sua prisão, quando era levado para reconhecer um aparelho no Alto da Boa Vista. A farsa incluiu um fusca incendiado para forjar o ataque.

Rubens Paiva foi incluído na primeira lista de cassações, em abril de 1964. Estava marcado pelos golpistas por ter sido um dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – uma organização patrocinada pelo Departamento de Estado dos EUA, que financiou políticos e jornalistas envolvidos na campanha contra João Goulart. Em dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados devolveu simbolicamente o mandato a Paiva e a outros 172 deputados cassados pela ditadura.

21 de janeiro de 1984

## DAS LUTAS PELA TERRA, NASCE O MST

O 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), reúne centenas de representantes de camponeses, sindicatos rurais e movimentos sociais do campo, com apoio da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao final do encontro, é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que em pouco tempo viria a se tornar uma das mais importantes organizações sociais do país, com reconhecimento internacional.

O encontro decidiu que o MST deveria lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. O novo movimento absorveria a experiência histórica das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que levantaram a bandeira da reforma agrária antes do golpe de 1964. O MST participaria ativamente da luta pela redemocratização e pela conquista de direitos sociais.

A entidade aliou sua plataforma à organização de acampamentos de camponeses nas rodovias, a exemplo do que havia ocorrido na Encruzilhada Natalino (RS), em 1980. Passou também a ocupar áreas vazias em latifúndios improdutivos e terras que passavam por processos de desapropriação. Essas táticas deram grande visibilidade ao movimento e à causa da reforma agrária.

Inicialmente mais forte na região Sul, o MST expandiu-se pelo país. Hoje, o movimento está presente em 24 estados e em assentamentos da reforma agrária que somam 450 mil famílias.



## 22 de janeiro de 2006 EVO MORALES ASSUME COMANDO DA BOLÍVIA

Toma posse como presidente da Bolívia o “cocallero” Juan Evo Morales Ayma. Seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS), leva 84 representantes à Câmara e ao Senado e conquista maioria no Congresso.

De origem indígena (etnia uru-aimará) e líder sindical dos “cocalleros” – agricultores que cultivam a coca, de cuja folha os povos andinos fazem um chá tradicional –, Evo Morales destacara-se na política boliviana ao resistir à pressão dos Estados Unidos para que substituíssem a coca por bananas em suas plantações.

Candidato nas eleições de dezembro, Evo Morales venceu com maioria absoluta, tornando-se o primeiro presidente de origem indígena no país e também o primeiro a ser eleito em primeiro turno (54% dos votos válidos) em mais de 30 anos. Evo ainda seria reeleito em 2009 e 2014.

Os primeiros anos do governo Morales na Bolívia seriam cruciais para a consolidação de uma nova situação política, centrada na defesa dos recursos naturais do país e no respeito ao caráter multiétnico e multicultural do povo boliviano.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



25 de janeiro de 1984

## DIRETAS LEVAM MILHÕES ÀS RUAS DO PAÍS

Depois de realizar grandes comícios em Curitiba, Salvador, Vitória e Campinas (SP), a campanha pelas Diretas Já reúne 300 mil pessoas na praça da Sé, no centro de São Paulo, na maior manifestação popular até então desde o golpe de 1964. O governador Franco Montoro e os outros oito governadores do PMDB, além de Leonel Brizola, do PDT, e do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, estavam no palanque. Consolidou-se ali a frente de partidos de oposição, sindicatos e movimentos populares pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que instituiria eleições diretas para presidente em 1984.

O comício da Sé teve cobertura ao vivo de emissoras de rádio e das redes de TV Bandeirantes e Manchete. A Rede Globo mostrou poucos segundos de imagens no “Jornal Nacional” – a reportagem afirmava que a multidão estava reunida como parte das comemorações do aniversário de São Paulo”. A emissora, que detinha na época dois terços da audiência, boicotou a campanha das Diretas em seu noticiário.

A Globo se recusou a exibir anúncios chamando para os comícios e só noticiou os dois últimos atos públicos quando faltavam duas semanas para a votação da emenda. Apesar de praticamente não ter aparecido nos noticiários da maior rede de televisão do país, o movimento pelas Diretas Já se

transformou na maior campanha popular da história do Brasil. Entre o comício do Pacaembu, em dezembro de 1983, e o da Sé, houve manifestações em Curitiba (50 mil), Salvador (10 mil), Vitória (10 mil) e Campinas (12 mil).

Os números cresceram ainda mais, na medida em que se aproximava a data da votação da emenda, 24 de abril. Trezentas mil pessoas compareceram ao comício no centro de Belo Horizonte, em 24 de fevereiro, e 250 mil em Goiânia, em 12 de abril. Em 90 dias, houve atos em 28 capitais e grandes cidades, com público total de 10 milhões de pessoas. Os dois últimos comícios reuniram 1 milhão na Candelária, no Rio, em 10 de abril, e 1,5 milhão no vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16.

As manifestações foram marcadas pela presença de artistas famosos nos palanques, ao lado dos líderes políticos, e pela alegria e espontaneidade do público. O locutor oficial dos comícios foi o narrador esportivo Osmar Santos, o mais popular na época. Músicos como Chico Buarque e Milton Nascimento cantaram no palco. No chão, artistas populares e grupos circenses faziam exhibições. Sindicatos e associações organizaram cordões carnavalescos. As camisas amarelas, cor oficial da campanha, tomavam conta do país. Pesquisa do Ibope apontou apoio de 84% às Diretas.



Ricardo Stuckert

**AVANÇOS** - os canais estrangeiros serão obrigados a exibir, no mínimo, 3 horas e 30 minutos por semana de produções brasileiras em horário nobre

# LULA SANCIONA LEIS DE COTA NO CINEMA E NA TV PAGA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta segunda-feira (15) duas leis aprovadas no Congresso Nacional para o setor de audiovisual do país. Uma delas recria a cota de tela para a exibição de filmes brasileiros no cinema e a outra restabelece o prazo de exibição obrigatória de obras audiovisuais nacionais na programação dos pacotes de TV por assinatura.

## Cinema

No caso da cota de tela no cinema para filmes brasileiros,

o prazo foi estendido até 2033, conforme o projeto de lei (PL) 5.497/19, aprovado em dezembro do ano passado pelo Senado, após ter passado pela Câmara dos Deputados. Não houve vetos na sanção. Caberá à Agência Nacional do Cinema (Ancine) definir, anualmente, a quantidade mínima de sessões e obras a serem exibidas, levando em conta diversidade, cultura nacional e universalização de acesso. O descumprimento da medida pode acarretar em advertência e pagamento de multas às exibidoras.

A cota de tela tinha terminado em 2021, após ficar em vigor por

20 anos, como previa a Medida Provisória (MP) 2.228-1/2001, editada durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Embora tenha sido oficializada pela MP de 2001, a cota de tela tem origem em iniciativas adotadas ainda nos anos 1930, quando o governo brasileiro publicou um primeiro decreto de proteção do cinema brasileiro - tomando como exemplo iniciativas semelhantes de outros países.

## Televisão

Já cota de programação nacional nos canais de TV por assi-

natura havia perdido a validade no ano passado, mas foi renovada até 2038. De acordo com o PL 3.696/2023, aprovado pelos parlamentares e sancionado sem vetos pelo presidente, os canais estrangeiros são obrigados a exibir, no mínimo, 3 horas e 30 minutos por semana de produções brasileiras em seu horário nobre, faixa de horário que vai das 18h à 0h. Desse total, pelo menos 1 hora e 15 minutos deve ser de conteúdo produzido por produtora independente. Já para canais brasileiros, a lei determina a exibição de 12 horas diárias de conteúdo nacional, feito por alguma produtora local. Dessas 12 horas, três devem, obrigatoriamente, ser veiculadas no horário nobre.

Reprodução



## Cotas no streaming

O governo também informou que a próxima ação será a aprovação de uma cota de produção nacional nas plataformas de streaming, que já dominam o mercado de audiovisual no país, além da cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) sobre essas plataformas.

“Essa é uma das pautas prioritárias do audiovisual brasileiro, e um das pautas prioritárias deste ano. Ao contrário do que acontece no mundo, no Brasil ainda não está regulado. É o futuro do cinema, do audiovisual. E, no Brasil, existe essa relação predatória, não existe arrecadação de Condecine. Tem dois PLs tramitando e o Ministério da Cultura tem trabalhado para garantir uma regulação que atenda a indústria brasileira”, defendeu Joelma Gonzaga, secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC), em anúncio da sanção à imprensa.

Reprodução



Reprodução





# BRASIL

## 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva  
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro  
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve  
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo  
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira  
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto  
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro  
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha  
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC  
EDITORA